

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e 1999

1 Contexto operacional

A companhia tem por objeto social preponderante a captação, o tratamento e a distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgotos sanitários, atuando em 366 municípios do Estado de São Paulo, mediante concessão destes, compreendendo, também, a realização de estudos, projetos e execução de obras para ampliação e instalação de novas redes.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações são identificadas pela expressão "pela legislação societária". Estão sendo apresentadas, também, informações complementares "em moeda de poder aquisitivo constante", de acordo com as instruções da CVM (nota 3.2).

3 Principais práticas contábeis

3.1 Demonstrações financeiras pela legislação societária

(a) Apuração do resultado

(i) Receitas com vendas e prestação de serviços

O fornecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, não faturados até a data do encerramento do exercício, são mensurados e registrados contabilmente, em contrapartida do contas a receber de clientes, de forma a possibilitar a contraposição dos custos e das receitas no respectivo exercício.

(ii) Despesas e receitas financeiras

Representadas substancialmente por juros, variações monetárias e cambiais, decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, calculados e registrados contabilmente pelo regime de competência.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda e imposto de renda diferido sobre diferenças intemporais é constituída à alíquota-base de 15% mais adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro a pagar e diferida é constituída à alíquota de 9%.

(iv) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(b) Aplicações financeiras

Representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, são registradas pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos ("pro - rata temporis") até a data do encerramento do exercício.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída por montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de contas a receber de clientes, registrada em contrapartida do resultado do exercício, na rubrica despesas com vendas.

(d) Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são avaliados ao custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os estoques destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado pelo custo histórico, corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

(e) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

(f) Permanente

- . Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:
- . Depreciações de bens do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 8.
- . Reavaliação de bens do imobilizado, efetuada em 1990 e 1991, com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes, realizada mediante depreciação, alienação e baixas dos respectivos bens, em contrapartida da conta "Lucros acumulados".
- . Amortizações do ativo diferido calculadas pelo método linear e pelo período de cinco anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados.
- . Os encargos financeiros relacionados a financiamentos, obtidos junto a terceiros, destinados a obras em andamento, são apropriados ao custo das mesmas.

(g) Empréstimos e financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até a data do encerramento do exercício.

(h) Provisão para contingências

Constituída para cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis por consultores jurídicos e de valor estimável em 31 de dezembro, relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais.

(i) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

(j) Juros sobre o capital próprio

Foram contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação, pró-rata dia, da taxa de juros de longo prazo - TJLP e demonstradas contabilmente de acordo com a deliberação da CVM nº 207/96.

3.2 Demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante

(a) Índice de atualização

A atualização monetária das operações relativas ao ativo permanente, patrimônio líquido, das contas de resultado e apuração de ganhos e perdas nos itens monetários foi mensurada com base na variação da Unidade Monetária Contábil - UMC, considerando como base a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M.

(b) Contas patrimoniais

Os montantes relativos aos ativos e passivos monetários apresentados em moeda de poder aquisitivo constante são idênticos àqueles apresentados "pela legislação societária", exceto pelos valores a receber de clientes, a pagar a fornecedores e empreiteiros, imposto de renda e contribuição social diferidos no exigível a longo prazo que estão ajustados para refletir o poder aquisitivo ou a realização em moeda de 31 de dezembro de 2000, tomando-se por base a taxa divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Distribuidoras - ANBID.

O ativo permanente e o patrimônio líquido foram corrigidos com base na variação mensal da UMC, atualizada pelo IGP-M até 31 de dezembro de 2000.

(c) Contas do resultado

Todas as contas foram atualizadas monetariamente com base na variação da UMC, a partir do mês de sua contabilização, ajustadas pelos ganhos e perdas inflacionários apurados sobre os saldos iniciais e finais de cada mês dos ativos e passivos monetários, e que geraram despesas e receitas financeiras ou inflacionárias nominais, os quais foram considerados como redutores das respectivas contas de resultado a que se vinculam.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas de 15% mais adicional de 10% e 9%, respectivamente, sobre o montante da mais-valia dos bens e direitos do ativo permanente gerada pelo resultado da sua atualização monetária, em conformidade com as instruções da CVM, consubstanciada no Pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON no. 99/006.

(e) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos

Os montantes apresentados estão em moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2000.

4 Disponibilidades

Em milhares de R\$

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
Caixa e bancos	41.483	35.032	41.483	38.518
Aplicações financeiras	118.014	150.229	118.014	165.177
Moeda estrangeira	73.211	-	73.211	-
	<u>232.708</u>	<u>185.261</u>	<u>232.708</u>	<u>203.695</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a CDBs, acrescidos dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do exercício.

O montante demonstrado na rubrica “moeda estrangeira”, refere-se à compra antecipada de US\$ 27,258 mil e CHF 16,493 mil, destinados a pagamento de empréstimos e financiamentos, como descritos na nota 9 i.

5 Clientes

Os valores a receber de clientes (exceto acordos) não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos e podem ser assim demonstrados:

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
No circulante				
De particulares				
Rol comum (i)	413.392	418.494	413.392	460.136
Rol especial (ii)	55.902	65.264	55.902	71.758
Acordos (iii)	59.511	65.310	59.511	71.809
	<u>528.805</u>	<u>549.068</u>	<u>528.805</u>	<u>603.703</u>
De entidades públicas				
Municipal - Capital	151.631	114.817	151.631	126.242
Municipal - Outros	107.425	79.124	107.425	86.997
Estadual (nota 13)	116.649	196.475	116.649	216.025
Federal	6.364	6.652	6.364	7.314
	<u>382.069</u>	<u>397.068</u>	<u>382.069</u>	<u>436.578</u>
Por atacado – Prefeituras				
Guarulhos	126.080	109.095	126.080	119.950
Mauá	28.171	18.759	28.171	20.625
Mogi das Cruzes	1.376	1.355	1.376	1.490
Santo André	103.861	71.483	103.861	78.596
São Bernardo do Campo	100.126	85.008	100.126	93.467
São Caetano do Sul	1.708	2.723	1.708	2.994
Diadema	23.267	15.593	23.267	17.145
	<u>384.589</u>	<u>304.016</u>	<u>384.589</u>	<u>334.267</u>
Fornecimentos a faturar	<u>173.569</u>	<u>172.753</u>	<u>173.569</u>	<u>189.944</u>
Sub-total	<u>1.469.032</u>	<u>1.422.905</u>	<u>1.469.032</u>	<u>1.564.492</u>

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
	Provisão para devedores duvidosos			
Particulares e públicas	(204.412)	(164.706)	(204.412)	(181.095)
Fornecimento por atacado	(268.241)	(180.001)	(268.241)	(197.912)
	<u>(472.653)</u>	<u>(344.707)</u>	<u>(472.653)</u>	<u>(379.007)</u>
Ajuste a valor presente	-	-	(1.805)	(2.644)
Total	<u>996.379</u>	<u>1.078.198</u>	<u>994.574</u>	<u>1.182.841</u>
No realizável a longo prazo				
Cientes diversos	<u>7.668</u>	<u>8.762</u>	<u>7.668</u>	<u>9.634</u>

Demonstração por vencimento

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
	Valores a vencer	351.014	406.939	351.014
Vencidos até 30 dias	93.254	101.730	93.254	111.853
Vencidos de 31 a 60 dias	40.659	60.124	40.659	66.107
Vencidos de 61 a 90 dias	30.329	48.752	30.329	53.603
Vencidos de 91 a 120 dias	27.632	35.241	27.632	38.748
Vencidos de 121 a 180 dias	67.471	79.296	67.471	87.186
Vencidos de 181 a 360 dias	193.870	195.751	193.870	215.229
Vencidos acima de 360 dias	664.803	495.072	664.803	544.335
Sub-total	<u>1.469.032</u>	<u>1.422.905</u>	<u>1.469.032</u>	<u>1.564.492</u>
Provisão para devedores duvidosos	(472.653)	(344.707)	(472.653)	(379.007)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.805)	(2.644)
Total	<u>996.379</u>	<u>1.078.198</u>	<u>994.574</u>	<u>1.182.841</u>

- Os valores a receber de clientes particulares referem-se a (i) rol comum - residenciais e pequenas e médias empresas, (ii) rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (efluentes industriais, poços etc.), (iii) acordos - parcelamento de débito tarifário.
- Os valores a receber de fornecimento por atacado referem-se a vendas de "água tratada" para algumas prefeituras, cabendo a elas efetuar a distribuição, o faturamento e a cobrança.
- O aumento do saldo das contas a receber vencidas acima de 360 dias, decorre do fornecimento por atacado às prefeituras em inadimplência.
- Fornecimentos a faturar referem-se ao consumo de água, à coleta e ao tratamento de esgotos, já realizados, porém ainda não medidos, que são calculados com base no consumo do mês anterior e registrados contabilmente para possibilitar a contraposição das receitas aos respectivos custos, em observância ao regime de competência.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: o montante do complemento da provisão, no exercício pode ser assim apresentado:

Em milhares de R\$

	Pela legislação societária	
	2000	1999
	Complemento	Complemento
Saldo anterior	344.707	285.631
De particulares/entidades públicas	39.706	38.112
De permissionárias	88.240	20.964
Total do Ano	127.946	59.076
Total atual	472.653	344.707

	Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999
	Complemento	Complemento
Saldo anterior	379.007	377.186
De particulares/entidades públicas	41.420	45.562
De permissionárias	93.157	22.820
Total do Ano	127.496	63.382
Ganhos e perdas	(40.931)	(66.561)
Total atual	472.653	344.707

- Objetivando atender às disposições da Lei no.9.430/96, especificamente quanto aos aspectos relacionados à dedutibilidade de despesas dessa natureza, foi baixado dos registros contábeis o montante de R\$ 62.368 mil (1999 - R\$ 103.814 mil) de créditos vencidos há mais de 180 dias e de montantes individuais de até R\$ 5 mil.

6 Contas a receber de acionista

Referem-se a valores de complemento de aposentadoria e licença-prêmio, pagos pela companhia a ex-funcionários oriundos das empresas estatais que se fundiram para constituição da SABESP. Os montantes envolvidos são ressarcidos pelo Governo Estadual, responsável pelo cumprimento dessas obrigações, conforme a Lei Estadual nº 4.819/58 e no Decreto nº 200/74. A proposta orçamentária do Governo do Estado de São Paulo, aprovada pela Assembléia Legislativa, inclui os recursos referentes a essa obrigação.

O montante desembolsado no ano de 2000 foi de R\$ 69.310 mil (1999 - R\$ 66.984 mil). Em 31 de dezembro de 2000, a companhia possuía 318 funcionários que farão jus a esses benefícios e 2.869 (1999 - 2.867) que já estão recebendo complementos de aposentadoria. Esses créditos são realizados nos termos do Protocolo de Entendimentos com o Governo do Estado de São Paulo, como descrito na (nota 13).

Para o exercício de 2001, está prevista, com base em projeções orçamentárias da administração, remuneração aos acionistas, na modalidade de juros sobre o capital próprio, em montante superior ao saldo apresentado nesta rubrica, estimando-se, por conseguinte, a liquidação integral desse respectivo saldo.

7 Realizável a longo prazo

(a) Indenizações a receber

Referem-se a valores a receber de indenizações pela descontinuidade das operações dos municípios de Diadema e Mauá (nota 23).

(b) Depósitos judiciais

Apresentados os valores originais, referem-se a depósitos efetuados em atendimento a deliberações judiciais relacionados a processos trabalhistas, tributários e cíveis de que a companhia é parte integrante.

(c) Incentivos fiscais

A Deliberação CODEC nº 001/99, do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, constituiu a Comissão de Coordenação de Incentivos Fiscais, com o objetivo de fixar critérios, examinar e recomendar a aplicação de recursos financeiros oriundos das empresas sob controle acionário do Estado.

Os valores registrados sob essa rubrica referem-se, substancialmente, a incentivos ao Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM e ao Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. Parte desses recursos poderá ser destinada a projetos selecionados pela referida Comissão, com a expectativa de recuperação integral. Para o restante dos saldos de incentivos fiscais foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

8 Imobilizado

	<u>Em milhares de R\$</u>				
	Pela legislação societária				
			2000	1999	
Em operação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação - %
Sistemas de água					
Terrenos	913.424	-	913.424	909.438	-
Estruturas	2.416.280	(784.402)	1.631.878	1.721.404	4
Ligações	688.619	(185.362)	503.257	517.040	5
Hidrômetros	209.519	(90.499)	119.020	115.349	10
Redes	2.772.631	(556.326)	2.216.305	2.187.331	2
Outros	443.949	(190.121)	253.828	271.124	2 a 20
	<u>7.444.422</u>	<u>(1.806.710)</u>	<u>5.637.712</u>	<u>5.721.686</u>	
Sistemas de esgoto					
Terrenos	303.944	-	303.944	290.204	-
Estruturas	1.161.455	(238.892)	922.563	935.021	4
Ligações	690.522	(179.029)	511.493	518.812	5
Redes	3.692.223	(614.284)	3.077.939	2.928.188	2
Outros	368.699	(116.900)	251.799	241.154	2 a 20
	<u>6.216.843</u>	<u>(1.149.105)</u>	<u>5.067.738</u>	<u>4.913.379</u>	

Uso geral					
Terrenos	102.699	-	102.699	102.994	-
Estruturas	109.887	(41.387)	68.500	65.726	4
Equipamentos de transporte	111.044	(91.383)	19.661	14.610	20
Móveis, utensílios e equipamentos	166.266	(97.242)	69.024	66.980	10
Terrenos cedidos em comodato	25.312	-	25.312	25.244	-
Bens cedidos em comodato	8.023	(2.350)	5.673	5.854	2 a 20
	<u>523.231</u>	<u>(232.362)</u>	<u>290.869</u>	<u>281.408</u>	
	<u>14.184.496</u>	<u>(3.188.177)</u>	<u>10.996.319</u>	<u>10.916.473</u>	
Sistemas de água	790.908	-	790.908	734.658	
Sistemas de esgoto	1.260.006	-	1.260.006	1.347.602	
Outros	19.024	-	19.024	19.776	
	<u>2.069.938</u>	<u>-</u>	<u>2.069.938</u>	<u>2.102.036</u>	
Bens intangíveis	<u>291.968</u>	<u>(11.862)</u>	<u>280.106</u>	<u>279.800</u>	
Total geral	<u>16.546.402</u>	<u>(3.200.039)</u>	<u>13.346.363</u>	<u>13.298.309</u>	

Em milhares de R\$

Em moeda de poder aquisitivo constante

			2000	1999	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação - %
Em operação					
Sistemas de água					
Terrenos	1.440.983	-	1.440.983	1.432.169	-
Estruturas	3.792.966	(1.236.454)	2.556.512	2.611.364	4
Ligações	1.070.316	(291.479)	778.837	798.466	5
Hidrometros	293.992	(137.043)	156.949	164.221	10
Redes	4.316.216	(876.768)	3.439.448	3.303.579	2
Outros	654.649	(252.299)	402.350	642.556	2 a 20
	<u>11.569.122</u>	<u>(2.794.043)</u>	<u>8.775.079</u>	<u>8.952.355</u>	
Sistemas de esgoto					
Terrenos	477.533	-	477.533	458.070	-
Estruturas	1.812.106	(375.990)	1.436.116	1.318.906	4
Ligações	1.068.252	(281.098)	787.154	799.848	5
Redes	5.746.937	(968.130)	4.778.807	4.464.359	2
Outros	559.337	(153.898)	405.439	719.297	2 a 20
	<u>9.664.165</u>	<u>(1.779.116)</u>	<u>7.885.049</u>	<u>7.760.480</u>	
Uso geral					
Terrenos	162.401	-	162.401	162.874	-
Estruturas	173.294	(65.416)	107.878	99.272	4
Equipamentos de transporte	163.878	(140.806)	23.072	17.966	20
Móveis, utensílios e equipamentos	222.070	(148.209)	73.861	97.755	10
Terrenos cedidos em comodato	40.028	-	40.028	39.921	-

Bens cedidos em comodato	12.689	(3.742)	8.947	8.602	2 a 20
	<u>774.360</u>	<u>(358.173)</u>	<u>416.187</u>	<u>426.390</u>	
	<u>22.007.647</u>	<u>(4.931.332)</u>	<u>17.076.315</u>	<u>17.139.225</u>	
Em andamento					
Sistemas de água	986.889	-	986.889	973.902	
Sistemas de esgoto	1.572.562	-	1.572.562	1.769.420	
Outros	24.026	-	24.026	24.922	
	<u>2.583.477</u>	<u>-</u>	<u>2.583.477</u>	<u>2.768.244</u>	
Bens intangíveis	<u>333.403</u>	<u>(12.702)</u>	<u>320.701</u>	<u>321.547</u>	
Total geral	<u>24.924.527</u>	<u>(4.944.034)</u>	<u>19.980.493</u>	<u>20.229.016</u>	

(a) Depreciação de bens reavaliados

A totalidade dos bens do imobilizado foi objeto de reavaliação ocorrida em 1990 e 1991 e estão sendo depreciados por taxas anuais que correspondem ao tempo de vida útil remanescente, definido nos respectivos laudos que, via de regra, se situam nos intervalos das taxas apresentadas.

(b) Baixas dos bens do imobilizado

A companhia baixou, no exercício de 2000, bens do ativo imobilizado que resultaram na apuração de perda total no montante de R\$ 118.722 mil (1999 - R\$ 116.854 mil), sendo R\$ 83.588 mil (1999 - R\$ 92.569 mil) relacionados ao grupo de bens em operação, motivados por obsolescência, furtos e alienação, e R\$ 35.134 mil (1999 - R\$ 24.285 mil) relacionados a obras em andamento, motivada por obras e projetos economicamente inviáveis.

(c) Capitalização de juros e encargos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM no. 193, de 11 de junho de 1996, a companhia capitalizou no exercício de 2000 o montante de R\$ 23.743 mil (1999 - R\$ 73.829 mil), proveniente de encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em construção.

(d) Obras em andamento

A previsão para desembolso a partir do ano 2001, referente às obras para investimento já contratadas, é de aproximadamente R\$ 740.000 mil (1999 - R\$ 540.000 mil).

(e) Bens intangíveis

A partir do exercício de 1999, as negociações relacionadas a novas concessões passaram a ser realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação, emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações na companhia ou em dinheiro, é registrado nessa rubrica e amortizado pelo período da respectiva concessão.

O montante líquido demonstrado, refere-se a assunção dos seguintes municípios:

Municípios	<u>Em milhares de R\$</u>			
	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
Agudos	5.396	5.599	6.950	7.212
Campo Limpo Paulista	10.227	10.603	11.343	11.760
Conchas	2.065	-	2.222	-
Duartina	893	-	943	-
Itararé	4.590	4.759	5.913	6.130
Marabá Paulista	320	-	339	-
Miguelópolis	3.589	3.701	4.616	4.766
Osasco	225.093	229.916	255.684	260.896
Paraguaçu Paulista	12.874	13.296	16.367	17.558
Sandovalina	162	168	180	186
Santa Maria da Serra	788	818	873	906
Estância de Serra Negra	3.556	-	3.567	-
Várzea Paulista	10.553	10.940	11.704	12.133
	<u>280.106</u>	<u>279.800</u>	<u>320.701</u>	<u>321.547</u>

9 Empréstimos e financiamentos

Em milhares de reais

Pela legislação societária

Instituição financeira	2000			1999		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Em moeda nacional						
União Federal/Banco do Brasil	110.360	2.477.192	2.587.552	99.312	2.534.422	2.633.734
Debêntures	-	413.094	413.094	-	413.094	413.094
Caixa Econômica Federal	16.373	499.210	515.583	5.949	488.983	494.932
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV	-	-	-	20.000	-	20.000
Outros	776	21.930	22.706	575	3.141	3.716
Juros e encargos	21.344	-	21.344	27.708	-	27.708
	<u>148.853</u>	<u>3.411.426</u>	<u>3.560.279</u>	<u>153.544</u>	<u>3.439.640</u>	<u>3.593.184</u>
Em moeda estrangeira						
International Bank for Reconstruction and Development (BIRD): US\$ 113,875 mil	56.719	165.951	222.670	56.342	209.277	265.619
Société Générale: FRF 30,647 mil	1.038	7.567	8.605	892	8.443	9.335
Interamerican Development Bank (BID): US\$ 468,580mil	68.167	848.095	916.262	63.219	874.313	937.532
Eurobônus: US\$ 475,000 mil	-	928.815	928.815	-	491.975	491.975
Bankers Trust Luxembourg	-	-	-	447.250	-	447.250
Westdeutsche Landesbank Girozentrale: US\$ 50,000 mil	-	97.770	97.770	53.670	-	53.670
Deutsche Bank Luxembourg: US\$ 100,000 mil	39.108	156.432	195.540	-	-	-
Juros e encargos	67.768	-	67.768	66.634	-	66.634
	<u>232.800</u>	<u>2.204.630</u>	<u>2.437.430</u>	<u>688.007</u>	<u>1.584.008</u>	<u>2.272.015</u>
Total	<u>381.653</u>	<u>5.616.056</u>	<u>5.997.709</u>	<u>841.551</u>	<u>5.023.648</u>	<u>5.865.199</u>

Os saldos em moeda estrangeira são de dezembro de 2000.

Cotação de 31 de dezembro de 2000: US\$ 1,9554; FRF 0,28071.

Em milhares de reais

Em moeda de poder aquisitivo constante

Instituição financeira	2000			1999		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Em moeda nacional						
União Federal/Banco do Brasil	110.360	2.477.192	2.587.552	109.194	2.786.610	2.895.804
Debêntures	-	413.094	413.094	-	454.199	454.199
Caixa Econômica Federal	16.373	499.210	515.583	6.541	537.640	544.181
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV	-	-	-	21.990	-	21.990
Outros	776	21.930	22.706	632	3.452	4.084
Juros e encargos	21.344	-	21.344	30.465	-	30.465
	148.853	3.411.426	3.560.279	168.822	3.781.901	3.950.723
Em moeda estrangeira						
International Bank for Reconstruction and Development (BIRD): US\$ 113,875 mil	56.719	165.951	222.670	61.949	230.101	292.050
Société Générale: FRF 30,647 mil	1.038	7.567	8.605	980	9.283	10.263
Interamerican Development Bank (IDB): US\$ 468,580 mil	68.167	848.095	916.262	69.509	961.311	1.030.820
Eurobônus: US\$ 475,000 mil	-	928.815	928.815	-	540.929	540.929
Bankers Trust Luxembourg	-	-	-	491.754	-	491.754
Westdeutsche Landesbank Girozentrale: US\$ 50,000 mil	-	97.770	97.770	59.010	-	59.010
Deutsche Bank Luxembourg: US\$ 100,000 mil	39.108	156.432	195.540	-	-	-
Juros e encargos	67.768	-	67.768	73.265	-	73.265
	232.800	2.204.630	2.437.430	756.467	1.741.624	2.498.091
Total	381.653	5.616.056	5.997.709	925.289	5.523.525	6.448.814

Os saldos em moeda estrangeira são de dezembro de 2000.

Cotação de 31 de dezembro de 2000: US\$ 1,9554; FRF 0,28071.

(a) União Federal/Banco do Brasil

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos existentes com a Caixa Econômica Federal, a qual cedeu os direitos creditórios à União. Nos termos do contrato firmado com a União, os encargos e pagamentos são realizados pelo sistema Price (mensal) atualizados pela variação da UPR (igual a TR), acrescidos de juros à taxa de 8,5% a.a, com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo por meio de suas receitas e pelas receitas próprias da SABESP.

(b) Debêntures

Em março de 1999, a companhia realizou colocação pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme anúncio de "Início de Distribuição", publicado na Gazeta Mercantil em 19 e 22 de março de 1999, e respectivo Prospecto de Oferta Pública, elaborado de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID.

Foram colocadas 413.094 debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o valor total de R\$ 413.094 mil, com prazo final para resgate estipulado para o mês de novembro de 2002 e pagamento de juros trimestrais, assim distribuídas:

- . 1a., 2a. e 3a. séries - R\$ 115.000 mil cada série
- . 4a. série - R\$ 51.666 mil
- . 5a. série - R\$ 16.428 mil

A emissão foi feita com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN no. 2.559/98.

Em assembléia geral de debenturistas, realizada em 20 de março de 2000, foram alteradas as condições de remuneração das debêntures, passando a vigorar a taxa pós-fixada de 104,5% do CDI, em substituição à taxa fixa de 20%, sendo que em março e setembro de 2000 houve repactuações das 1ª e 4ª séries e 2ª e 5ª séries respectivamente, fixando as taxas conforme segue:

1ª série	104%	CDI
2ª série	103%	CDI
3ª série	104,5%	CDI
4ª série	104%	CDI
5ª série	103%	CDI

Foram recompradas 1.235 debêntures em março de 2000 e 2.608 em setembro de 2000, sendo que as mesmas foram mantidas em tesouraria.

No exercício de 2000, foram provisionados juros no valor de R\$ 70.266 mil (1999 – R\$ 69.283 mil), pagos em parcelas trimestrais. O saldo remanescente, no valor de R\$ 746 mil, encontra-se registrado sob a rubrica de Juros e encargos.

(c) Caixa Econômica Federal

Programa Pró-Saneamento

(i) Modalidade água e esgoto

Foram firmados diversos contratos em 1996, 1997 e 1998, pelo programa Pró-Saneamento, com a finalidade de ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário envolvendo diversos municípios do Estado de São Paulo e a Capital. A garantia para esse contrato é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas diárias de água e esgotos, até o valor total da dívida.

O prazo de amortização previsto nos contratos é de 120 a 180 meses, a partir do início da fase de retorno.

O saldo em 31 de dezembro de 2000 é de R\$ 510.862 mil (1999 - R\$ 492.982 mil), sendo o valor a utilizar desses contratos em fase de carência de R\$ 28.040 mil (1999 – R\$ 53.366 mil).

Os encargos contratuais são:

	1996	1997	1998
Taxas de juros	9,5% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.
Na fase de carência:			
Taxa de risco	1,0% sobre o valor desembolsado	1,0% sobre o valor desembolsado	0,6% a.a. sobre o saldo devedor
Taxa de administração	0,12% a.m. sobre o Valor do contrato	2,0% a.a. sobre o valor desembolsado	2,0% a.a. sobre o valor desembolsado
Na fase de retorno:			
Taxa de administração	Diferença entre o cálculo da Prestação à taxa de 10,5% a.a. Menos à taxa de 9,5% a.a.	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	1,0% a.a. sobre o saldo devedor

(ii) Modalidade Pró-Sanear

Em 1997 e 1998 foram firmados contratos pelo programa Pró-Sanear para a execução de melhorias dos serviços de água e esgoto, com participação comunitária, em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. O prazo de amortização previsto é de 180 meses após a fase de carência.

O saldo em 31 de dezembro de 2000 é de R\$ 4.721 mil (1999 – R\$ 1.950 mil), sendo o montante a utilizar desses contratos, relativo a obras que já estão em andamento, de R\$ 9.376 mil.

Encargos financeiros previstos:

Taxa de juros - 5% a.a.

Taxa administração (fase de carência) - 2,0% a.a. sobre o saldo devedor

Taxa administração (fase de amortização) - 1,0% a.a. sobre o saldo devedor

Taxa de risco - 1% sobre o desembolso (fase de carência)

(d) **BIRD**

Contrato 3.102 - Firmado em fevereiro de 1990, no valor de US\$ 280 milhões, com a finalidade de melhoria na eficiência operacional da companhia. O período de amortização teve início em setembro de 1994, cuja taxa anual de juros do financiamento é igual a 0,5% acima do custo de saques qualificados no semestre anterior ao do período de incidência, com vencimento final em março de 2004. Foi assinado na mesma data um contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BIRD, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de empréstimo.

Contrato 3.504 - Objetivando a transferência, de recursos do contrato "mãe" firmado entre o Estado de São Paulo e o BIRD em dezembro de 1992, destinado à execução do programa de saneamento ambiental da Bacia de Guarapiranga foi assinado um contrato de repasse entre o Estado de São Paulo e a SABESP, em março de 1993. O valor de recursos liberados até 31 de dezembro de 2000 para a companhia foi de US\$ 42,423 mil, equivalente à R\$ 82.955 mil, restando o saldo a utilizar de US\$ 42 mil, equivalente à R\$ 83mil. Foi assinado, em dezembro de 1992, um contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BIRD, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento.

O contrato está sendo amortizado, em parcelas semestrais, a partir de outubro de 1997 e término em abril de 2007. A taxa de juros equivale a 0,5% ao ano, acima do custo de captação do BIRD.

(e) BID

Contrato 229 - Firmado em junho de 1987, no valor de US\$ 163 milhões, destinado à execução do programa de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo. O período de amortização teve início em janeiro de 1994, em parcelas semestrais e taxa de juros anuais de 7,7%, com vencimento final em julho de 2007. Foi assinado, em junho de 1987, um contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento.

Contrato 713 - Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 400 milhões, destinado à execução de projeto de despoluição do Rio Tietê - primeira etapa. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa anual de juros é variável de acordo com os custos dos empréstimos tomados pelo banco semestralmente e com vencimento final em dezembro de 2017. Foi assinado, em dezembro de 1992, um contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento.

Contrato 896 - Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 50 milhões, destinado também ao projeto de despoluição do Rio Tietê - primeira etapa. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa de juros é de 3% ao ano, com vencimento final em dezembro de 2016. Foi assinado, em dezembro de 1992, um contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento.

Contrato 1212 - Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa II: assinado em julho de 2000, execução do projeto de Despoluição do Rio Tietê.

O custo estimado desse projeto é de aproximadamente R\$ 782.000 mil, equivalentes a US\$ 400 milhões, sendo que até o montante de US\$ 200 milhões serão financiados pelo BID e os recursos adicionais de US\$ 200 milhões, serão investidos pela companhia. O primeiro desembolso, no valor de R\$ 238 mil, equivalente a US\$ 121 mil, ocorreu em dezembro de 2000.

O empréstimo deverá ser amortizado em parcelas semestrais, sendo a primeira após seis meses da data prevista para o desembolso final e a última em julho de 2025. Os juros serão pagos semestralmente, sobre o saldo devedor diário, à taxa anual determinada pelos custos dos empréstimos tomados pelo banco, durante o semestre anterior, acrescidos de um "spread", e serão variáveis para cada semestre.

Compromissos financeiros - "Covenants"

Contratos n^{os} 713, 896 e 1212.

As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o Ativo Imobilizado não inferior a 7%. Durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu Patrimônio Líquido.

(f) Eurobônus

- (i) Foi concretizada no mês de julho de 1997 uma operação de crédito externo, atuando como líder o "UBS - Securities LLC" e como co-líderes o "Deutsche Morgan Grenfell" e o "BB Securities" valor de US\$ 275,000 mil, com taxa anual de juros de 10% e vencimento final previsto para 2005. Esses recursos foram destinados à quitação antecipada de debêntures.
- (ii) Em junho de 2000 foi realizada uma emissão de EuroBônus no mercado externo, no valor de US\$ 200,000 mil, tendo como co-líderes o "Deutsche Bank" e "Salomon Smith Barney" (City Group), com taxa anual de juros de 12% a.a. e vencimento final em 2003. Estes recursos foram utilizados para o refinanciamento de obrigações financeiras próprias.

Compromissos financeiros - “Covenants” (em moeda de poder aquisitivo constante)

Limitar a incorrência em novas dívidas quando a relação entre a dívida e a capitalização ajustada (.) for maior do que 0,42;

A cobertura de juros não pode ser menor que 2,5 (EBITDA ajustado (..)/despesas financeiras);

Empréstimos ao controlador limitado ao valor do respectivo Contas a Receber.

(g) Empréstimos sindicalizados

(i) Westdeutsche Landesbank Girozentrale

Em fevereiro de 2000, foi realizada uma operação de empréstimo tendo como principal agente pagador o Chase Trust Bank, no valor de US\$ 50,000 mil equivalente a R\$ 97.770 mil em 31 de dezembro de 2000, com vencimento do principal em parcela única em fevereiro de 2002 e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,75% a.a.

O valor captado destina-se ao refinanciamento de obrigações contraídas nos mercados interno e externo.

(ii) Deutsche Bank Luxembourg

Em outubro de 2000, foi firmado contrato de empréstimo tendo como agente pagador o Deutsche Trust Bank Limited e “arranger” o Brazilian American Merchant Bank, no valor de US\$ 100,000 mil equivalente a R\$ 195.540 mil em 31 de dezembro de 2000, com a finalidade de refinanciamento de obrigações financeiras próprias.

A amortização do contrato será em 10 parcelas semestrais, compostas de principal e juros do período, calculados à taxa de 11,13% a.a., com vencimento final em outubro de 2005.

Compromissos financeiros “Covenants” (em moeda de poder aquisitivo constante)

Limitar a incorrência em novas dívidas quando a relação entre a dívida e a capitalização ajustada (.) for maior do que 0,42;

A cobertura de juros não pode ser menor que 2,5 (EBITDA ajustado (..)/despesas financeiras);

Empréstimos ao controlador limitado ao valor do respectivo Contas a Receber.

(.) Capitalização ajustada exclui do Patrimônio líquido as contas a receber atrasadas tanto do Governo do Estado de São Paulo como dos serviços autônomos de água por atacado da RMSP.

(..) EBIDTA ajustado é calculado com a exclusão das vendas não recebidas de água e serviços de esgoto para o Governo do Estado de São Paulo e das vendas não recebidas de água no atacado para os serviços autônomos da RMSP.

(h) Vencimentos

Os empréstimos e financiamentos vencem como segue:

Em milhares de R\$

	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007 em diante</u>	<u>Total</u>
Em moeda nacional	148.853	567.062	160.028	173.896	188.983	205.400	2.116.057	3.560.279
Em moeda estrangeira	<u>232.800</u>	<u>262.942</u>	<u>556.405</u>	<u>141.159</u>	<u>654.742</u>	<u>78.096</u>	<u>511.286</u>	<u>2.437.430</u>
	<u>381.653</u>	<u>830.004</u>	<u>716.433</u>	<u>315.055</u>	<u>843.725</u>	<u>283.496</u>	<u>2.627.343</u>	<u>5.997.709</u>

(i) **Antecipação de Câmbio**

Foram realizadas operações de compra antecipada de moeda estrangeira, em dezembro de 2000, conforme previsto na circular 2.926/99 do Banco Central do Brasil, de 8 de setembro de 1999.

Os valores de US\$ 27,258 mil (R\$ 53.279 mil) e CHF 16,493 mil (R\$ 19.932 mil), que perfazem o total de R\$ 73.211 mil, serão utilizados para o pagamento de juros sobre operações de EuroBônus e parcela de contrato com o BID, estando atualizados pelas variações das respectivas moedas em 31 de dezembro de 2000, contabilizados no ativo circulante na rubrica “Disponibilidades”.

10 Impostos e contribuições

Em milhares de R\$

	Pela legislação societária			
	Curto prazo		Longo prazo	
	2000	1999	2000	1999
Imposto de renda e contribuição social (i)	3.677	24.202	-	-
Cofins e Pasep	6.200	7.722	-	-
Acordos- Refis (ii)	52.103	-	164.992	-
Acordos (iii)	-	113.916	-	163.401
INSS	9.810	10.077	-	-
Outros	4.413	1.378	-	-
Total	76.203	157.295	164.992	163.401

	Em moeda de poder aquisitivo constante			
	Curto prazo		Longo prazo	
	2000	1999	2000	1999
Imposto de renda e contribuição social	3.677	26.610	-	-
Cofins e Pasep	6.200	8.490	-	-
Acordos- Refis	52.103	-	164.992	-
Acordos	-	125.251	-	179.660
INSS	9.810	11.080	-	-
Outros	4.413	1.516	-	-
Total	76.203	172.947	164.992	179.660

(i) A companhia está pleiteando a compensação integral das bases negativas da contribuição social e dos prejuízos fiscais, sem a limitação de 30% prevista na Lei 8.981/95, no entanto, a parcela compensada no exercício considerou o percentual definido na referida Lei. A base negativa de contribuição social acumulada em 31 de dezembro de 2000, é de R\$ 59.891 mil, sobre a qual foi constituído, crédito fiscal correspondente (nota 11).

(ii) Composição da base de cálculo quando da adesão ao Refis

Em milhares de R\$

Imposto	Valor Principal	Multa	Juros	Saldo em 29/02/00	Valor a Compensar	Valor a Pagar
Cofins	416	83	580	1.079	(47)	1.032
Pasep	1.076	215	1.609	2.900	(128)	2.772
Contribuição Social	46.658	9.332	74.468	130.458	(79)	130.379
Imposto de Renda	45.104	9.021	51.050	105.175	(579)	104.596
TOTAL	93.254	18.651	127.707	239.612	(833)	238.779

As multas e juros acima mencionados já faziam parte dos acordos firmados em períodos anteriores. A companhia aderiu ao Refis com o intuito exclusivo de parcelar débitos anteriormente acordados com a Receita Federal.

A companhia optou pela modalidade de parcelamento alternativo, em parcelas iguais pelo prazo de 60 meses, acrescidas de TJLP – taxa de juros de longo prazo, as quais não estando sujeitas ao limite do pagamento com base em percentual do faturamento. A opção da administração pela adesão considerou, sobretudo, a redução da taxa de juros aplicáveis aos referidos débitos, passando de Selic, que corrigia os acordos vigentes até 29 de fevereiro de 2000, para TJLP. O ganho financeiro a valor presente, se calculado tomando por base os termos acima descritos, não foi reconhecido contabilmente em atendimento às normas contábeis brasileiras.

Em 31 de março de 2000, o saldo acumulado da base negativa de contribuição social era de R\$ 28.506 mil e não foi utilizado na amortização dos juros e multas. Não existia saldo acumulado de prejuízo fiscal nessa data.

Não foram efetuados ajustes em decorrência da adesão ao Refis. O valor das parcelas pagas antes da adesão ao Refis era de aproximadamente R\$ 7 milhões/mês.

Foram arrolados, na operação, terrenos no montante de R\$ 249.034 mil, em garantia ao processo de pagamento dos referidos débitos.

A opção pelo Refis implica na obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e contribuições, conforme previsto na legislação.

O montante pago desde a opção ao programa Refis, em março de 2000, até dezembro de 2000 foi de R\$ 41.827 mil, sendo que R\$ 20.143 mil referem-se a encargos.

(iii) Acordos

Referem-se a acordos relativos a Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PASEP, que em 1999 encontravam-se em andamento e em 2000 foram incluídos no Refis.

11 Imposto de renda e contribuição social

Em milhares de R\$

(a) Saldos patrimoniais e de resultado.

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
No realizável a longo prazo				
Imposto de renda diferido	23.443	8.040	23.443	8.840
Contribuição social diferida	8.975	12.928	8.975	14.214
	<u>32.418</u>	<u>20.968</u>	<u>32.418</u>	<u>23.054</u>
No passivo circulante				
Imposto de renda	3.677	29.142	3.677	32.042
Contribuição social	-	-	-	-
	<u>3.677</u>	<u>29.142</u>	<u>3.677</u>	<u>32.042</u>
No exigível a longo prazo				
Imposto de renda diferido	293.180	327.391	1.766.931	1.613.850
Contribuição social diferida	15.913	15.713	546.463	468.674
	<u>309.093</u>	<u>343.104</u>	<u>2.313.394</u>	<u>2.082.524</u>

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
No resultado				
Do exercício				
Imposto de renda	(110.025)	(29.142)	(118.409)	(32.042)
Imposto de renda diferido	14.850	(35.609)	(19.550)	(99.182)
Reversão				
Imposto de renda diferido	47.291	47.361	49.728	57.189
	<u>(47.884)</u>	<u>(17.390)</u>	<u>(88.231)</u>	<u>(74.035)</u>
Do exercício				
Contribuição social	(18.114)	-	(19.742)	-
Contribuição social diferida	(4.152)	(2.786)	(17.241)	(49.304)
	<u>(22.266)</u>	<u>(2.786)</u>	<u>(36.983)</u>	<u>(49.304)</u>

(b) Diferidos

(i) No realizável a longo prazo

Calculados substancialmente com base em diferenças temporais e bases negativas acumuladas no montante de R\$ 23.443 mil e R\$ 8.975 mil, respectivamente, com realização prevista para até 2001.

(ii) No exigível a longo prazo

Realização mensal (1/120 avos) referente à diferença entre o Índice de Preços ao Consumidor - IPC e o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal - BTNF - Lei no. 8.200/91 e lucro inflacionário, no montante de R\$ 47.291 mil (1999 - R\$ 47.361 mil).

Ademais, como mencionado na nota 3.2 d, para fins de demonstração em moeda de poder aquisitivo constante, a administração calculou e registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a mais valia do ativo permanente resultante da correção monetária destes, de acordo com os seguintes parâmetros:

	<u>Em milhares de R\$</u>
Base para cálculo dos efeitos fiscais sobre a atualização do ativo permanente (excluindo R\$ 775.566 mil de terrenos)	5.895.004
Do imposto de renda – 25%	1.473.751
Da contribuição social – 9%	<u>530.550</u>
Efeito total no exigível a longo prazo	2.004.301
Efeito no exercício	
No resultado	47.112
No patrimônio líquido	<u>251.911</u>
Efeito total no patrimônio líquido e no exigível a longo prazo	299.023

(c) Conciliação da alíquota efetiva e nominal:

Em milhares de R\$

	Pela legislação societária			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2000	1999	2000	1999
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	591.585	(215.272)	591.585	(215.272)
Alíquota nominal	25%	25%	9%	12%
	147.896	(53.818)	53.243	(25.833)
Conciliação				
Adições				
- Realização da reserva de reavaliação	39.889	53.232	14.360	25.551
Exclusões				
- Juros sobre o capital próprio	(134.904)	-	(48.565)	-
Outros valores	(4.997)	17.976	3.228	3.068
Imposto de renda e contribuição social no resultado	47.884	17.390	22.266	2.786
Alíquota efetiva (%)	8,09	(8,08)	3,76	(1,29)
	Em moeda de poder aquisitivo constante			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2000	1999	2000	1999
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	836.474	623.135	836.474	623.135
Alíquota nominal	25%	25%	9%	12%
	209.119	155.784	75.283	74.776
Conciliação				
Adições				
- Realização da reserva de reavaliação	63.080	84.181	22.709	40.406
- Correção monetária do patrimônio líquido	327.026	555.955	117.729	266.858
Total sobre adições	390.106	640.136	140.438	307.264
Exclusões				
- Juros sobre o capital próprio	(141.192)	-	(50.829)	-
- Correção monetária do ativo permanente	(386.069)	(767.631)	(138.985)	(368.463)
Total sobre exclusões	(527.261)	(767.631)	(189.814)	(368.463)
Outros valores	16.267	45.746	11.076	35.727
Imposto de renda e contribuição social no resultado	88.231	74.035	36.983	49.304
Alíquota efetiva (%)	10,55	11,88	4,42	7,91

12 Plano previdenciário e assistencial

A companhia é patrocinadora da Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, entidade constituída em agosto de 1990, com o objetivo principal de administrar planos de benefício previdenciário complementar e programa assistencial dos empregados da SABESP.

As contribuições mensais da companhia, relativas ao plano previdenciário - benefício definido, correspondem, no mínimo, à diferença entre a taxa total, determinada pela avaliação atuarial de perito legalmente habilitado, e o percentual de contribuição dos participantes e as transferências interprogramas, que no exercício foram as seguintes:

- . Da companhia: 2,10% (1999 - 2,10%) da folha de salários.
- . Dos participantes: 2,10% (1999 - 2,10%) em média, correspondente à aplicação sobre os seus salários mensais de percentuais que variam de 1% a 8,5%.
- . Transferências interprogramas: 1,49% (1999 - 1,13%) da folha de salários.

Ademais, a contribuição da companhia inclui a responsabilidade assumida referente a períodos anteriores à constituição da SABESPREV, a qual é exigível até fevereiro de 2011. O montante dessa obrigação, definido por cálculo atuarial, é de R\$ 9.462 mil (1999 - R\$ 10.112 mil), está registrado contabilmente, apropriado de acordo com o prazo de realização, no passivo circulante e exigível a longo prazo.

O programa assistencial, que é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, é mantido também por contribuições das patrocinadoras e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

- . Da companhia: 6,21% (1999 - 6,21%) em média da folha de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, em média, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,25% da folha bruta de salários.

Nos meses de dezembro de 2000 e janeiro de 2001, foram promulgados o Decreto nº 3.721, a Deliberação nº 371 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e IN da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 26, promovendo alterações, com aplicabilidade a partir do exercício de 2001, na estrutura, contabilização e critérios de avaliação, relacionados aos planos de pensão. A Administração está promovendo estudos objetivando identificar e mensurar efeitos que poderão advir pela adoção das disposições contidas nos referidos instrumentos legais.

13 Transações com partes relacionadas

	Em milhares de R\$			
	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
No ativo circulante				
Clientes Estadual (nota 5)	116.649	196.475	116.649	216.025
Contas a receber de acionistas (nota 6)	253.549	184.239	253.549	202.572
Operação - no resultado (i)				
Vendas e prestação de serviços	229.770	233.391	229.770	256.615

- (i) Referem-se a operações de vendas para entidades do Governo Estadual, realizadas em condições idênticas àquelas concretizadas com terceiros, excetuando-se quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada em condições semelhantes ao mencionado a seguir:

A companhia e o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, celebraram Protocolo de Entendimentos em 30 de setembro de 1997, visando o equacionamento do saldo de créditos a receber relativos às vendas, e aos serviços prestados pela companhia, ao complemento de aposentadoria e licença prêmio dos funcionários beneficiados pela Lei nº 4.819/58 e no Decreto nº 200/74 além de outros débitos, com a utilização, quando aplicável, de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O montante de R\$ 460.735 mil, relativo a juros sobre o capital próprio do exercício, devido ao Tesouro Estadual, esta sendo utilizado para compensar contabilmente os créditos de “Contas a receber de clientes”.

14 Provisões

Em milhares de R\$

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
(a) No passivo circulante				
Férias	67.791	72.840	67.791	80.088
Encargos sociais	2.489	29.144	2.489	32.044
Cofins e Pasep lei - 9.718/98 (i)	63.420	21.649	63.420	23.804
Provisão para contingência (ii)	27.000	-	27.000	-
	<u>160.700</u>	<u>123.633</u>	<u>160.700</u>	<u>135.936</u>

- (i) Mediante Ação Ordinária, com pedido de tutela antecipada, a companhia está questionando judicialmente a sistemática introduzida pela Lei no. 9.718/98, que ampliou a base de cálculo da contribuição para o Financiamento de Seguridade Social – COFINS e do Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público – PASEP e majorou a alíquota da COFINS. O pedido de tutela antecipada foi deferido em 11 de junho de 1999, sem depósito judicial.

As diferenças apuradas nos cálculos, segundo os critérios da lei atual e os valores efetivamente recolhidos, calculados conforme a lei anterior, de R\$ 41.771 mil em 2000, e de R\$ 21.649 mil em 1999, perfazendo R\$ 63.420 mil, provisionadas e estão registradas no passivo circulante.

- (ii) Refere-se a processo relacionado a cobrança de correção monetária sobre parcelas de pagamento pelos serviços prestados por empreiteiras, que conforme opinião dos nossos consultores jurídicos é provável o desfecho desfavorável à companhia.

(b) No exigível a longo prazo

A administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão considerada suficiente para fazer face a prováveis desfechos desfavoráveis à companhia, em processos exclusivamente trabalhistas em andamento nas instâncias administrativa e judicial relacionados no valor de R\$ 27.616 mil (1999 - R\$ 28.015 mil), registrada contabilmente no exigível a longo prazo na conta "Provisão para Contingências".

- (i) Diferenças salariais

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, substancialmente amparada no despacho proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, onde o respectivo Ministro Relator julga improcedente a reclamatória trabalhista referente ao pagamento de diferenças salariais decorrentes da Unidade de Referência Padrão – URP de Fevereiro de 1989, a administração da Companhia reverteu o montante de R\$ 47.798 mil (correspondente a R\$ 32.275 mil em 1995) que encontrava-se provisionado contabilmente na rubrica “Salários e Encargos Sociais”.

(ii) Processos judiciais

Os processos judiciais em andamento nos quais a companhia é parte integrante, considerados pelos nossos consultores jurídicos como sendo possível o êxito e que não estão registrados contabilmente, podem ser assim demonstradas.

	Em milhões de R\$	
	2000	1999
Ação em fase de conhecimento na 1ª Vara da Fazenda Pública	42	-
Outros processos substancialmente trabalhistas	17	17

15 Participação nos resultados

A companhia provisionou em 2000, a título de participação nos resultados, o valor registrado contabilmente na rubrica “Salários e Encargos Sociais” de R\$ 30.254 mil, em conformidade com o programa firmado com os representantes de classe tendo como embasamento legal às disposições contidas na Constituição Federal, regulamentada pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Em 21 de junho de 2000, foi efetuado adiantamento no valor de R\$ 14.212 mil.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social autorizado

A companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 4.100.000 mil, correspondentes a 40.000.000.000 de ações, dividido em ações ordinárias todas escriturais e sem valor nominal.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 28.479.577.827 (1999 - 28.437.155.323) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	2000		1999	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fazenda do Estado de São Paulo	24.293.934.175	85,30	24.293.934.178	85,43
Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo	862.999.886	3,03	862.999.886	3,03
Ações em Custódia em Bolsa de Valores	3.281.390.752	11,52	2.874.856.614	10,11
Outras	41.253.014	0,15	405.364.645	1,43
	<u>28.479.577.827</u>	<u>100,00</u>	<u>28.437.155.323</u>	<u>100,00</u>

(c) Aumento de capital

Os aumentos de capital por subscrição de ações foram autorizados em Assembléias Gerais Extraordinárias que aprovaram os laudos de Avaliação Econômico-Financeiro para o pagamento em ações pela concessão dos serviços de saneamento básico às Prefeituras Municipais.

		<u>Em milhares de R\$</u>
<u>AGE</u>	<u>Municípios</u>	<u>Valor das Subscrições</u>
04 de abril de 2000	Conchas	1.994
18 de julho de 2000	Duartina	901
18 de julho de 2000	Marabá Paulista	326
15 de dezembro de 2000	Estância de Serra Negra	3.566
Aumento de capital por subscrição		<u>6.787</u>

(d) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

A companhia atribuiu no exercício de 2000, a título de juros sobre capital próprio, em substituição aos dividendos, R\$ 539.614 mil, desse montante foi retido R\$ 6.134 mil de imposto de renda na fonte, que corresponde a R\$ 18.179 mil acima do lucro líquido integral apurado no exercício. Caso não houvesse a opção dos juros sobre o capital próprio, o cálculo dos dividendos, obrigatórios, mínimos seria como segue:

	<u>Em milhares de R\$</u>
Lucro líquido do exercício	521.435
(-) Reserva Legal	<u>(26.072)</u>
Base de cálculo dos dividendos	495.363
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	123.841
Dividendos por lote de mil ações	4,35

(e) Juros sobre o capital próprio

Em 2000, foram provisionados juros sobre o capital próprio, calculados em conformidade com o artigo 9o. da Lei no. 9.249/95, observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP; para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, foram registrados na conta de "Despesas financeiras" e, em seguida, para fins de demonstração, em atendimento à Deliberação CVM no. 207/96, apresentados no patrimônio líquido.

(f) Reservas de lucros

(i) Reserva Legal

Constituída com base em 5% do Lucro líquido do exercício, antes de qualquer distribuição, como previsto na legislação societária.

(ii) Reserva para investimentos

Os lucros remanescentes ajustados, não distribuídos aos acionistas, estão sendo atribuídos à constituição de reserva para investimentos, especificamente da parcela com recursos próprios, relacionados a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estimados para se realizarem nos próximos três anos, como previsto em orçamento de capital.

Investimentos totais previstos (recursos próprios) no período de 2001 a 2003, no montante de R\$ 1.811 milhões, conforme Lei Estadual nº 10.694, de 8 de dezembro de 2000.

(g) Reserva de reavaliação

Como previsto na Instrução CVM no. 97/93, a companhia optou por não registrar o imposto de renda e a contribuição social sobre a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado constituída até 1991. Caso fosse contabilizada geraria um passivo tributário (não desembolsável) de R\$ 653.573 mil (1999 - R\$ 711.498 mil).

A reserva vem sendo realizada em contrapartida da conta de “Lucros Acumulados”, na mesma proporção da depreciação e baixa dos respectivos bens a que está relacionada.

17 Conciliação entre o lucro líquido (prejuízo) do exercício e o patrimônio líquido, apurado de acordo com a legislação societária e em moeda de poder aquisitivo constante

Em milhares de R\$

	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido	
	2000	1999	2000	1999
Pela legislação societária	521.435	(235.448)	8.268.473	8.271.543
Correção monetária				
Do permanente	1.544.276	3.070.525	6.670.570	6.459.445
Do patrimônio líquido	(1.308.102)	(2.223.818)	-	-
Ajuste a valor presente – líquido	763	(1.557)	(1.252)	(2.215)
Reversão (provisão) de impostos				
Imposto de renda	(34.641)	(61.935)	(1.473.751)	(1.253.881)
Contribuição social	(12.471)	(47.971)	(530.550)	(451.397)
Em moeda de poder aquisitivo constante	<u>711.260</u>	<u>499.796</u>	<u>12.933.490</u>	<u>13.023.495</u>

Ganhos e perdas nos itens monetários

Em milhares de R\$

Ativo	2000	1999	Conta de destino
Circulante			
Disponibilidades	(33.993)	(30.364)	Receitas financeiras
Clientes	(65.365)	(128.023)	Receitas financeiras
Contas a receber de acionistas	(21.508)	(40.486)	Despesas com pessoal
Estoques	(1.116)	(12.388)	Despesas com materiais
Demais contas a receber	(2.809)	(15.014)	Receitas financeiras
	<u>(124.791)</u>	<u>(226.275)</u>	
Realizável a longo prazo			
Clientes	(15.402)	2.834	Receitas financeiras
Imposto de renda e contribuição social	(1.790)	(6.771)	Despesas financeiras
Outros	(2.183)	(6.828)	Despesas financeiras
	<u>(19.375)</u>	<u>(10.765)</u>	
Total das perdas	<u>(144.166)</u>	<u>(237.040)</u>	

Passivo	2000	1999	Conta de destino
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	3.642	7.994	Despesas financeiras
Empréstimos e financiamentos	29.200	(208.407)	Despesas financeiras
Salários e encargos sociais	5.611	10.390	Despesas com pessoal
Provisões	14.895	28.364	Despesas com pessoal
Juros sobre capital próprio a pagar	7.547	16.831	Despesas gerais
Impostos e contribuições	12.441	28.881	Despesas financeiras
Demais contas a pagar	<u>2.394</u>	<u>11.865</u>	Despesas com serviços
	<u>75.730</u>	<u>(104.082)</u>	
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	329.789	193.814	Despesas financeiras
Imposto de renda e contribuição social	32.944	71.206	Despesas financeiras
Impostos e contribuições	17.360	44.303	Despesas financeiras
Provisão para contingências	2.663	5.937	Despesas com pessoal
Demais contas a pagar	<u>1.769</u>	<u>6.843</u>	Despesas com pessoal
	<u>384.525</u>	<u>322.103</u>	
Total do ganhos	<u>460.255</u>	<u>218.021</u>	
Ganhos (perdas) monetários, líquidos	<u>316.089</u>	<u>(19.019)</u>	

18 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela companhia propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Modalidade de seguro	Em milhares de R\$	
	2000	
	Importância segurada	
Incêndio	273.935	
Riscos diversos	1.540	
Responsabilidade civil – obras	25.219	
Risco de engenharia	422.128	
Responsabilidade civil - operacional	<u>921</u>	

19 Instrumentos financeiros

(a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

	Em milhares de R\$			
	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
Aplicações em títulos e valores mobiliários	118.014	150.229	118.014	165.177
Empréstimos e financiamentos	<u>5.997.709</u>	<u>5.865.199</u>	<u>5.997.709</u>	<u>6.448.814</u>

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

(b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

(c) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira consistem em financiamentos destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

A administração realiza operações financeiras de proteção cambial conforme circular nº 2.926/99 do Banco Central do Brasil (nota 9-i).

20 Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, procedidas de acordo com a legislação pertinente. Seus proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

A previsão para desembolsos a serem realizados a partir do exercício de 2001 é de aproximadamente R\$ 89.000 mil (em 2000 foram realizados R\$ 5.944 mil), os quais deverão ser cobertos com recursos próprios ou financiados. Os bens objeto desses processos deverão ser registrados no ativo imobilizado quando concretizada a operação.

21 Receita operacional bruta

	<u>Em milhares de R\$</u>			
	<u>Pela legislação societária</u>		<u>Em moeda de poder aquisitivo constante</u>	
	<u>2000</u>	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Receita Operacional de Água	1.783.659	1.677.382	1.876.125	2.018.526
Receita Operacional de Esgoto	1.364.803	1.290.877	1.435.422	1.552.892
Receita Operacional de Água-Atacado	184.180	216.082	193.667	260.858
Receita Operacional de Serviços	125.311	149.926	132.759	180.882
Ajuste a valor presente, contas a receber e fornecimentos a faturar	-	-	(22.654)	(44.820)
	<u>3.457.953</u>	<u>3.334.267</u>	<u>3.615.319</u>	<u>3.968.338</u>

22 Custos e despesas operacionais

Em milhares de R\$

	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
Custos das vendas e dos serviços prestados				
Salários e encargos	551.274	575.861	580.496	686.873
Materiais gerais	51.471	43.279	53.467	61.123
Materiais de tratamento	45.532	37.032	48.021	45.057
Serviços de terceiros	172.333	136.131	177.539	156.900
Energia elétrica	180.194	130.917	188.917	156.994
Despesas gerais	29.612	25.963	28.046	27.669
Depreciação	443.652	414.979	711.921	653.813
	<u>1.474.068</u>	<u>1.364.162</u>	<u>1.788.407</u>	<u>1.788.429</u>
Despesas com vendas				
Salários e encargos	68.437	66.087	71.982	78.759
Materiais gerais	2.985	2.678	3.097	3.809
Serviços de terceiros	49.593	29.840	51.050	34.170
Energia elétrica	467	249	487	300
Despesas gerais	19.842	16.007	18.840	17.070
Depreciação	1.100	902	1.774	1.412
Baixa de créditos/provisão para créditos de liquidação duvidosa	190.314	162.890	200.674	193.648
	<u>332.738</u>	<u>278.653</u>	<u>347.904</u>	<u>329.168</u>
Despesas administrativas				
Salários e encargos	31.271	74.145	35.316	88.073
Materiais gerais	3.459	1.828	3.605	2.567
Serviços de terceiros	59.698	37.454	61.266	43.259
Energia elétrica	610	313	637	378
Despesas gerais	9.487	7.177	8.856	7.460
Depreciação e amortização	12.284	18.187	18.193	29.842
Despesas fiscais	20.540	14.663	21.579	17.518
	<u>137.349</u>	<u>153.767</u>	<u>149.452</u>	<u>189.097</u>
Custos, Despesas com vendas e administrativas				
Salários e encargos	650.982	716.093	687.794	853.705
Materiais gerais	57.915	47.785	60.169	67.499
Materiais de tratamento	45.532	37.032	48.021	45.057
Serviços de terceiros	281.624	203.425	289.855	234.329
Energia elétrica	181.271	131.479	190.041	157.672
Despesas gerais	58.941	49.147	55.742	52.199
Depreciação e amortização	457.036	434.068	731.888	685.067
Despesas fiscais	20.540	14.663	21.579	17.518
Baixa de créditos/provisão para créditos de liquidação duvidosa	190.314	162.890	200.674	193.648
	<u>1.944.155</u>	<u>1.796.582</u>	<u>2.285.763</u>	<u>2.306.694</u>

Despesas financeiras

Juros, multas e moras sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	328.746	337.996	345.691	407.041
Juros, multas e moras sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	205.340	222.888	215.611	271.820
Juros sobre o capital próprio	539.614	-	564.769	-
Juros sobre o capital próprio (reversão nota 16 - e)	(539.614)	-	(564.769)	-
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	60.948	151.012	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	158.509	852.026	-	-
Reversão do ajuste a valor presente de fornecedores e empreiteiros	-	-	3.870	6.125
Ganhos e perdas	-	-	(424.381)	(128.094)
Provisões	27.000	-	27.083	-
Outras	58.701	76.283	56.241	87.565
	<u>839.244</u>	<u>1.640.205</u>	<u>224.115</u>	<u>644.457</u>
Receitas financeiras				
Variações monetárias	46.321	89.913	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	57.976	23.584	60.388	27.909
Reversão do ajuste a valor presente de contas a receber e fornecimentos a faturar	-	-	23.492	46.110
Ganhos e perdas	-	-	(114.019)	(158.823)
Outras	1.074	810	1.119	958
Sub – total	105.371	114.307	(29.020)	(83.846)
COFINS e PASEP	(3.838)	(4.033)	(4.015)	(6.056)
	<u>101.533</u>	<u>110.274</u>	<u>(33.035)</u>	<u>(89.902)</u>
Despesas financeiras, líquidas das receitas	<u>737.711</u>	<u>1.529.931</u>	<u>257.150</u>	<u>734.359</u>

23 Concessões

Retomada de concessão - Municípios de Diadema e Mauá

Os Municípios de Diadema e Mauá encerraram as concessões dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos no início de 1995.

Em dezembro de 1996, a companhia propôs demanda indenizatória pleiteando o pagamento pelos investimentos realizados durante a vigência dos contratos de concessão. Apesar de ainda não ter sido ressarcida pelos respectivos montantes, a companhia continua fornecendo água tratada, por atacado, a esses municípios, que atualmente operam os sistemas de água e esgoto.

O valor residual dos bens do imobilizado relacionado ao Município de Diadema, baixado contabilmente em dezembro de 1996, foi de R\$ 75.231 mil, e o saldo da indenização e de outros créditos a receber do município é de R\$ 62.876 mil, encontrando-se registrado contabilmente no realizável a longo prazo na conta "Indenizações a receber".

O valor residual dos bens do imobilizado relacionado ao Município de Mauá, baixado no exercício de 1999, foi de R\$ 103.763 mil, e o saldo da indenização, no montante de R\$ 85.918 mil, encontra-se registrado no realizável a longo prazo na conta "Indenizações a receber".

Ambos os casos encontram-se em discussão judicial, sendo, entretanto, considerado, pelo consultor jurídico responsável pela condução dos processos, provável o desfecho favorável à companhia.

24 Eventos subsequentes

(i) Emissão de debêntures

Em fevereiro de 2001 a administração da companhia deliberou pela realização da 4ª emissão de debêntures em série única para distribuição pública, que deverá ser apresentada para aprovação em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 12 de março. O valor total deverá ser de R\$ 300.000 mil com emissão de 30.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil. O prazo deverá ser de 5 anos e 9 meses.

A distribuição será por um consórcio de bancos constituído pelo Banco Itaú S. A, coordenador líder do processo, Banco ABN Amro Real S. A e Banco do Brasil S. A.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa média dos depósitos interfinanceiros, acrescidos de “spread” de até 1,125% ao ano.

(ii) Valores recebidos do Governo do Estado

Em janeiro e fevereiro de 2001, a companhia recebeu do Governo do Estado de São Paulo, o montante de R\$ 106 milhões, para a quitação de débitos relativos às vendas e aos serviços prestados.

(iii) Empréstimo do Japan Bank of International Cooperation - JBIC

Em documento de avaliação, datado de 23 de fevereiro de 2001, o JBIC considerou apto para apresentação e aprovação do Governo Japonês, o “Programa de Despoluição da Baixada Santista”. O projeto prevê o investimento total de aproximadamente US\$ 340 milhões, dos quais US\$ 140 milhões, deverão ser realizados com recursos próprios e o restante com recursos provenientes da referida Instituição Financeira. A taxa de juros prevista é de 2,5% ao ano, com amortização em vinte e cinco anos, sendo sete de carência.

Informação suplementar

Visando ao aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a companhia está apresentando a seguir, como informação suplementar, as demonstrações do fluxo de caixa elaboradas de acordo com a NPC-20, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da companhia, e do valor adicionado elaborado de acordo com o Ofício Circular CVM no. 01/00.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Informações suplementares da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro

(a) Demonstração do fluxo de caixa

	Em milhares de R\$			
	Pela legislação societária		Em moeda de poder aquisitivo constante	
	2000	1999	2000	1999
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	521.435	(235.448)	711.260	499.796
Ajuste para reconciliação do lucro líquido				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(57.989)	(8.967)	(12.937)	91.297
Valor residual dos bens do imobilizado baixados	118.722	202.772	165.951	273.997
Ganho na venda de Imobilizado	(1.096)	-	(628)	-
Ganho na venda de investimentos	(10.123)	(384)	(10.652)	(436)
Depreciação	440.479	425.501	711.227	673.675
Amortização	16.557	8.567	20.661	11.392
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	553.162	591.164	581.409	714.562
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	222.336	1.036.334	2.819	36.928
Ganhos (perdas)				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(358.989)	14.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(31.154)	(64.435)
	1.803.483	2.019.539	1.778.967	2.251.369
(Aumento) diminuição de ativos				
Clientes	81.819	(200.441)	188.267	(27.663)
Contas a receber de acionistas	(69.310)	(1.640)	(50.977)	38.557
Estoques	29.016	6.082	35.164	21.690
Demais contas a receber	(2.989)	56.800	(2.379)	77.215
Clientes - longo prazo	1.094	9.805	1.966	14.885
Indenizações a receber	-	(148.794)	14.806	(163.600)
Depósitos judiciais	(1.384)	(1.948)	300	1.169
Incentivos fiscais e outros	710	12.502	1.440	18.127
	38.956	(267.634)	188.587	(19.620)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores e empreiteiros	14.053	(105.533)	9.710	(148.463)
Salários e encargos sociais	(35.030)	(35.063)	(40.821)	(59.166)
Provisões	37.067	12.809	24.764	(10.411)
Juros sobre capital próprio a pagar	(74.090)	226.175	(96.735)	243.421
Impostos e contribuições	(81.092)	17.453	(96.744)	(11.719)
Demais contas a pagar	29.968	(4.691)	27.408	(11.883)
Impostos e contribuições - longo prazo	1.591	(69.088)	(14.668)	(127.350)
Provisão para contingências	(399)	1.085	(3.186)	(4.760)
Demais contas a pagar de longo prazo	9.807	(8.259)	9.060	(15.135)
	(98.125)	34.888	(181.212)	(145.466)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	1.744.314	1.786.793	1.786.342	2.086.283

(continuação)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de bens do ativo imobilizado	(602.604)	(642.980)	(625.721)	(754.342)
Aumento de investimentos	-	(230)	-	(265)
Venda de investimentos	10.774	402	11.680	465
Venda de imobilizado	1.964	-	2.001	-
Aumento do ativo diferido	(14.884)	(11.188)	(15.391)	(14.029)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

(604.750)	(653.996)	(627.431)	(768.171)
-----------	-----------	-----------	-----------

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Financiamentos - curto prazo

Captações	327.657	687.450	352.675	829.849
Pagamentos	(1.422.251)	(1.634.684)	(1.506.392)	(1.982.889)
Juros sobre capital próprio pagos	(449.129)	(333.940)	(453.554)	(390.039)

Financiamentos - longo prazo

Captações	685.149	483.414	722.364	601.101
Pagamentos	(233.543)	(205.977)	(244.991)	(246.654)

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos

(1.092.117)	(1.003.737)	(1.129.898)	(1.188.632)
-------------	-------------	-------------	-------------

Aumento líquido no caixa e equivalentes

47.447	129.060	29.013	129.480
--------	---------	--------	---------

Caixa e equivalentes no início do exercício

185.261	56.201	203.695	74.215
---------	--------	---------	--------

Caixa e equivalentes no fim do exercício

232.708	185.261	232.708	203.695
---------	---------	---------	---------

Variação no caixa

47.447	129.060	29.013	129.480
--------	---------	--------	---------

Informações suplementares de fluxo de caixa

Juros pagos de empréstimos e financiamentos	540.796	531.811	570.266	640.108
Imposto de renda e contribuição social pagos	127.589	-	136.399	-
Ativo imobilizado recebido em doações e/ou pago em ações	15.109	82.468	15.415	96.948

(b) Demonstração do valor adicionado

	Pela legislação societária				Em milhares de R\$ Em moeda de poder aquisitivo constante			
	2000	%	1999	%	2000	%	1999	%
Receitas								
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.457.953		3.334.267		3.615.319		3.968.338	
Baixa de créditos	(190.314)		(162.890)		(200.674)		(193.648)	
Não operacionais	<u>(81.568)</u>		<u>(124.341)</u>		<u>(127.596)</u>		<u>(186.763)</u>	
	<u>3.186.071</u>		<u>3.047.036</u>		<u>3.287.049</u>		<u>3.587.927</u>	
Insumos adquiridos de terceiros								
Matérias - primas consumidas	45.532		37.032		48.021		45.057	
Custo das mercadorias e serviços vendidos	426.243		327.057		440.252		391.493	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>128.232</u>		<u>82.356</u>		<u>129.217</u>		<u>93.121</u>	
	<u>600.007</u>		<u>446.445</u>		<u>617.490</u>		<u>529.671</u>	
Valor adicionado bruto	2.586.064		2.600.591		2.669.559		3.058.256	
Retenções								
(depreciação/amortização)	<u>457.036</u>		<u>434.068</u>		<u>731.888</u>		<u>685.067</u>	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.129.028		2.166.523		1.937.671		2.373.189	
Recebido em transferência								
Receitas financeiras	<u>105.371</u>		<u>114.307</u>		<u>(29.020)</u>		<u>(83.846)</u>	
Valor adicionado total a distribuir	<u>2.234.399</u>	100,0	<u>2.280.830</u>	100,0	<u>1.908.651</u>	100,0	<u>2.289.343</u>	100,0
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal e encargos	569.732	25,5	637.062	27,9	602.375	31,5	757.978	33,1
Impostos, taxas e contribuições	280.716	12,5	218.636	9,6	346.667	18,2	362.489	15,8
Juros e encargos	839.244	37,6	1.640.205	71,9	224.115	11,7	644.457	28,1
Aluguéis	23.272	1,0	20.375	0,9	24.234	1,3	24.623	1,1
Juros sobre o capital próprio	539.614	24,2	-	-	564.769	29,6	-	-
Lucros retidos (prejuízos)	<u>(18.179)</u>	(0,8)	<u>(235.448)</u>	(10,3)	<u>146.491</u>	7,7	<u>499.796</u>	21,9